



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO N° 13 / 2013.

Aos 27 dias do mês de Junho do ano de dois mil e treze, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ, com sede na Rua Germano Brandes Sênior, nº 711, Sala 10/11, Centro, Timbó (SC), neste ato representado pelo Presidente, vereador RUBENS BORCHARDT, inscrito no CPF sob nº 381.777.579-20 a seguir designada como **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa SUPRIMÓVEIS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o número 04.563.256/0001-68, estabelecida na Rua Lauro Müller, nº 490, Praça, Tijucas (SC), que apresentou os documentos exigidos por Lei, neste ato representada por Marcos Antônio da Silva, portador da Carteira de Identidade número 3938751, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF sob o número 023.651.999-92, daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si avençado, por força deste instrumento e de conformidade com o disposto na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei 10.520/2002, LC 123/2006 e com o Edital de Pregão Presencial nº 02/2013, este Contrato de **aquisição de cadeiras**, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este contrato tem por objeto a Aquisição de dez cadeiras giratórias tipo diretor para a nova Sede da Câmara Municipal de Timbó (SC), na Rua Inglaterra, s/nº, Bairro da Nações, Timbó (SC).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

A **aquisição dos móveis** obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições do Edital de **Pregão Presencial nº 03/2013**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ENCARGOS DA CONTRATANTE

A **CONTRATANTE** se obriga a:

- a) promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos fornecimentos/serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à **CONTRATADA** as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;
- b) efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com o prazo estabelecido neste contrato.



CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a:

- a) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato; e
- b) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- c) para efeito do faturamento, os valores deverão ser aqueles constantes da **proposta**;
- d) entregar e instalar os móveis no edifício da nova Sede da Câmara Municipal de Timbó no prazo de 50 dias, a partir da assinatura deste contrato;**
- e) comprovar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a quitação das obrigações trabalhistas, tributárias e fiscais, como condição à percepção do valor faturado;
- f) responsabilizar-se pelos danos causados, em razão dos serviços oferecidos.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, já estão incluídas no preço total todas as despesas de frete, embalagens, impostos, transporte, mão de obra e materiais para instalação e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato, bem como deduzidos quaisquer descontos concedidos, totalizando o valor de **R\$ 1.850,00 (um mil e oitocentos e cinquenta reais)**.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ e será realizado em até **dez dias** após a efetiva entrega e instalação dos equipamentos e depois de terem sido testados e verificado o perfeito funcionamento, mediante apresentação das **notas fiscais emitidas e entregues no setor contábil da Câmara de Vereadores**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os pagamentos, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, serão realizados desde que a contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

PARÁGRAFO SEGUNDO



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ
ESTADO DE SANTA CATARINA

Como condição para efetivação do pagamento será exigida a regularidade fiscal da Contratada comprovada pela apresentação dos seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa Municipal;
- b) Certidão Negativa de Débito - CND, junto ao INSS;
- c) Certificado de Regularidade de Situação – FGTS;
- d) Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
- e) Certidão Negativa de Tributos Federais;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT

PARÁGRAFO TERCEIRO

Havendo erro na fatura ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento susinado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não decorrendo, neste caso, quaisquer ônus para a Contratante.

PARÁGRAFO QUARTO

A Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

O valor contratado não sofrerá reajuste durante a vigência do contrato nos termos da legislação vigente, por tratar-se de aquisição com fornecimento imediato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

Contrato terá vigência até **31/12/2013**, os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificadas no art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93 e solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações.

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ
ESTADO DE SANTA CATARINA

As despesas decorrentes do objeto deste Pregão Presencial correrão à conta dos recursos consignados conforme segue:

Dotação:

0001.0001.– Câmara de Vereadores -
0001.0001.– Atividades Legislativas -
001.031.0001.1001 – Equipamentos/Móveis e utensílios do poder legislativo
4.4.90.52.00.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente
4.4.90.52.42.00.00.00.10000 – Mobiliário em Geral/Recursos ordinários

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

De conformidade com o artigo 86 da Lei nº 8.666/93, atualizada e, Lei nº 10.520, de 17/07/02, o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a **CONTRATADA**, a juízo da Administração, a multa de até 10% (dez por cento) do valor do Contrato, até 30 dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês ou fração proporcional.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - OUTRAS PENALIDADES

Outras Penalidades: o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contrato às penalidades previstas no Art. 86 e 87 da Lei 8666/93, que será:

- a) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração **por prazo de 05 (cinco) anos;**

PARÁGRAFO SEGUNDO - OUTRAS SANÇÕES

De acordo com o artigo 88, da Lei nº 8.666/93, serão aplicadas as sanções previstas no parágrafo 1º, letra “c” e “d” desta Cláusula, às empresas ou aos profissionais que em razão dos Contratos regidos por esta Lei, nos seguintes casos: a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos; b) tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da contratação; c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - DESCONTO DO VALOR DA MULTA

Se o valor da multa não for pago ou depositado da maneira a ser determinada pelo gestor, será automaticamente descontado na primeira parcela de pagamento a que a



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATADA vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculado sobre o valor da mesma.

PARÁGRAFO QUARTO - RECURSOS

aplicação das penas definidas nas alíneas “a”, “b” e “c”, do parágrafo primeiro desta cláusula, caberá recurso no prazo de 03 (três) dias úteis de intimação do ato, a autoridade competente, o qual poderá reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para apreciação e decisão, dentro do mesmo prazo.

PARÁGRAFO QUINTO - PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

No caso de declaração de inidoneidade, prevista na alínea “d” do § 1º, caberá pedido de reconsideração a autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

A rescisão do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos Incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo das penalidades previstas neste Contrato.
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração; e
- c) judicial, nos termos da legislação.

A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

O Câmara Municipal de Timbó publicará, o extrato dos contratos celebrados no prazo de vinte dias da data de sua assinatura, com indicação da modalidade de licitação e de seu número de referência.



CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ
ESTADO DE SANTA CATARINA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Os empregados e prepostos da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 da Lei 8.666/93, combinado com o inciso XII, do artigo 55, do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica estabelecido o Foro da Comarca de Timbó (SC) para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, na forma do § 2º, do artigo 55, da Lei 8.666/93.

Timbó (SC), 27 de Junho de 2013.

X

Rubens Borchardt - Câmara Municipal de Timbó
Presidente

X

Marcos Antônio da Silva - Suprimóveis
Procurador